



Uma proposta pluriversal é uma aposta na diversidade humana. Na construção de espaços e diálogos horizontais e liberadores, assumindo como ponto de partida a ideia de que existem situações desde as quais não podemos nem sequer falar e democracia e direitos humanos sem sermos (conscientemente ou não) racistas e hipócritas. É uma proposta contingente, que defende a coexistência horizontal, pacífica e respeitosa entre diferentes racionalidades no mundo real, que é necessariamente o espaço objetivo onde todos os diferentes mundos têm que existir e encontrar formas de compartilhar os bens materiais e imateriais de que todos necessitamos para viver. Dentro desta perspectiva (que, repito, é particular e contingente), a existência de relações humanas de dominação e exploração consiste em violação da própria possibilidade de haver direitos humanos.

Como já foi dito, se trata de uma proposta dirigida aos que sofrem as injustiças e não se pode esperar a adesão de quem possui privilégios precisamente obtidos através da exploração do trabalho alheio, da perseguição política, da discriminação histórica dos negros, índios e mulheres, da imposição de discriminações por razões religiosas, sexuais ou físicas, da dominação de outras nações através do colonialismo, de normas internacionais assimétricas, da cobrança de dívidas externas impagáveis (e injustas), da mercantilização (e acumulação) de diferentes bens necessários à vida humana, do permanente saqueio e apropriação de recursos naturais, entre muitas outras formas que, de modo estrutural, inferiorizam uns seres humanos em benefício de outros. Como se trata de uma proposta de combate a tais dinâmicas (e aos privilégios que se originam das mesmas), não podemos esperar pelo convencimento voluntário e pacífico de quem se beneficia das mesmas. Por isso, devemos ter em conta que se trata de uma proposta de luta.

Também, por outro lado, se trata de uma proposta de unidade, dirigida aos diferentes processos de luta, que possuem demandas específicas, a partir da desnaturalização de tais dinâmicas de inferiorização. Uma proposta que visa favorecer a construção de diálogos e espaços pluriversais, livres de dominações, que permitam aos indivíduos e coletivos que lutam a compreensão das suas demandas no marco de uma perspectiva mais ampla, relacional e complexa. Uma perspectiva que busca fomentar a empatia e a interconexão das rebeldias concretas, em prol da coexistência de estratégias antissistêmicas comuns e estratégias particulares, locais e específicas. Que permita aos movimentos sociais e aos indivíduos aprofundar simultaneamente as suas demandas particulares (que são a principal razão da sua mobilização) e as



O modo de vida dos países centrais, além de não ser generalizável, é insustentável e só pode subsistir à custa da exclusão (pela imposição de condições miseráveis de vida) ou da própria eliminação física da maioria da população mundial. De todos os modos, ao não poder generalizar-se (em função dos limites objetivos do planeta), o capitalismo efetivamente condena a um grande contingente da humanidade à morte (seja pela fome, seja pela ausência de condições de saúde e higiene, por contrair doenças tratáveis, pelas guerras, etc.) para que se mantenham os privilégios de uma minoria opulenta. Porém, ao mesmo tempo, a exploração irresponsável dos recursos, dirigida à satisfação de interesses de agentes privados que operam abstratamente no ambiente de um mercado supostamente “livre”, mesmo que não possa ser generalizada, conduz à destruição acelerada das condições que permitem a manutenção da espécie humana neste planeta, na medida em que requer o constante crescimento da produção de bens (muitos dos quais têm sua obsolescência programada desde antes mesmo de serem produzidos) e na criação de novas necessidades.

Para enfrentar este problema, as propostas mais prestigiadas no âmbito da racionalidade científica dominante são aquelas que não questionam frontalmente o sistema como um todo, mas apregoam a mitigação de suas consequências. Cada vez mais se difundem conceitos como “capitalismo verde”, “desenvolvimento sustentável”, “social”, “humano”, “local”, etc. (Latouche, 2009). Apesar dos novos e criativos nomes e sobrenomes, tais propostas costumam ser variações “com rosto humano” da ideia de desenvolvimento, balizadas por um horizonte capitalista. Karl Polanyi, muito antes da atual globalização neoliberal, já denunciava a impossibilidade prática da utopia de um mercado completamente autorregulável. Segundo ele, “tal instituição não poderia existir durante longo tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; teria destruído fisicamente ao homem e transformado seu ambiente em um deserto”. (Polanyi, 2012, p. 4).

É necessário, portanto, encarar a questão de frente. Nesse sentido, devemos começar por desacoplar a ideia de “economia” da de “capitalismo” (Mignolo, 2008, p. 40). Uma proposta de direitos humanos coerente com um horizonte pluriversal passa necessariamente pela deslegitimação do imaginário econômico (Cabo, 2004) neoclássico/neoliberal desenvolvimentista (Rist, 2002) e globalizante, imposto pelo Ocidente e predominante no mundo. Para Serge Latouche (2009, p. 21, tradução minha):



(...) hoje, são precisamente estes valores ocidentais os que devemos colocar em questão, para encontrar uma solução aos problemas do mundo contemporâneo (e da globalização «liberal»), e evitar assim a catástrofe a que nos conduz a economia mundial.

Novamente, não se trata de propor (muito menos impor) uma única alternativa particular para substituir o modelo imposto pelo Ocidente, senão de apostar nas mais diversas, plurais e criativas estratégias de sobrevivência – individuais e coletivas – que representem alternativas ao pensamento dominante, na medida em que sejam compatíveis com a existência simultânea e não dominadora das demais. O ponto de confluência aqui está intimamente relacionado com a primeira aposta, pois também se baseia no rechaço a todas as formas de dominação, porém desde uma perspectiva mais ampla, que assume a ideia de que este planeta pertence a toda a humanidade por igual e, na medida em que todos os seres humanos dependemos dos seus recursos para viver, devemos rechaçar todas as formas de relacionar-nos com a natureza que ponham em risco a sobrevivência da espécie humana ou estabeleçam assimetrias desmedidas no acesso aos bens materiais e imateriais necessários para a vida de todas e todos.

Para o pensamento dominante, qualquer tentativa de limitar o consumo, as taxas de lucro ou o patrimônio privado, de acordo com interesses coletivos, é interpretada como autoritária, abusiva e limitadora da liberdade. Porém, desde uma perspectiva pluriversal, é extremamente abusivo o consumo exacerbado de bens supérfluos, cuja produção desperdiça desnecessariamente recursos e contamina o ambiente; igualmente resulta autoritária e antidemocrática a acumulação desmedida de capital e de patrimônio, enquanto a imensa maioria da humanidade vive em condições miseráveis. Em suma, é absolutamente inaceitável que a economia mundial seja posta a serviço dos privilégios do 1% mais rico da humanidade (OXFAM, 2017).

Não se pode imaginar um mundo onde caibam muitos mundos sem que se enfrente este mundo que destrói muitos mundos, inclusive a si mesmo, assim como também todos os possíveis mundos que não respeitam a existência de outros mundos. Esta segunda proposta, como se pode perceber, está intimamente vinculada à primeira. Em consonância com estes argumentos, Carlos Taibo identifica duas grandes dimensões que rodeiam o capitalismo: “a que identifica neste um desígnio de exploração de seres humanos que não encontra freio e a que o converte em uma formidável maquinaria de agressão contra a natureza”. (Taibo, 2009, p. 6, tradução



tradução minha), entendo que “a dimensão de-colonial da «democracia» é pluri-versal”.

Entretanto, considero que não é possível (nem desejável) buscar um acordo universal em torno de qualquer conjunto de valores que possam atribuir um significado absoluto, um conteúdo “universal”, aos direitos humanos, sobretudo em razão dos privilégios concretos existentes no mundo, mas também assumindo a ideia de que existem muitas formas diferentes de entender os direitos humanos (ou de não fazê-lo) que podem coexistir sem que uma se imponha sobre as demais nem comprometa sua existência. Ademais, como nos recorda Boaventura de Sousa Santos, nem todas as culturas reivindicam a questão da universalidade dos direitos humanos, porquanto devemos considerar que “a pergunta da universalidade é uma pergunta específica, uma pergunta cultural ocidental” (Santos, 2010, p. 68, tradução minha).

Entendo, ainda, que essa diversidade é fundamental para produzir intercâmbios de saberes que possam proporcionar soluções alternativas aos problemas e desafios do (único e plural) mundo em que vivemos, que não podem ser enfrentados somente desde uma compreensão analítico/crítica da história, ainda que essa seja uma importante ferramenta, sem sombra de dúvidas. Igualmente, “sempre é muito enriquecedor o que podem oferecer-nos aqueles que imaginam e criam diversos mundos, por mais diferentes que sejam do nosso”. (Sánchez Rubio, 2007, p. 91, tradução minha).

Nesse sentido, as ideias aqui apresentadas não possuem qualquer intenção de convencer os poderosos do mundo de que um mundo mais justo é de sua conveniência, inclusive desde sua perspectiva mais profundamente egoísta (supondo que um indivíduo verdadeiramente egoísta não desejaria o próprio suicídio). Também não são ideias dirigidas a mobilizar uma oposição política dentro do sistema realmente existente, apesar de que – secundária e estrategicamente – entendo que podem servir a este fim⁶. Tampouco são ideias completas e acabadas, que buscam, desde a

⁶ Entendo que um dos grandes desafios dos indivíduos e movimentos que se consideram “críticos”, “de esquerda”, “anticapitalistas”, “decoloniais” e militantes de distintas causas como a feminista, a racial, a ambiental, a indígena, a altermundista, etc., dentro e fora do âmbito acadêmico, é realizar uma leitura simultaneamente ideal e pragmática do contexto em que nos encontramos, além de aproximar o que dizemos e defendemos em abstrato de nossas atitudes quotidianas. É comum encontrar discussões, inclusive ofensivas, entre pensadores e movimentos sociais em torno de diferenças que nem sempre são expressivas e nem sempre representam posições verdadeiramente antagônicas. Penso que devemos dedicar mais tempo a tentar construir pontes de diálogo e unidade, no lugar de nos enfrentarmos entre nós mesmos, pois a segregação só favorece

